

JOVENS “INFRADORES”, O RAP E O POETAR: DESLIZAMENTOS DA “VIDA NUA” À “VIDA LOKA”

Adolescents in Conflict with the Law, RAP and Poetize: Slips of “Bare Life” to “Crazy Life”

Jóvenes “Infractores”, el RAP y el Poetar: Deslizamientos de la “Nuda Vida” a la “Vida Loka”

Adolescents en Conflit avec la Loi, le RAP et la Poésie: Déplacements de la « Vie Nue» à la «Vie Folle»

DOI: 10.5020/23590777.rs.v17i3.5573

Rose Gurski (Lattes)

Psicanalista. Membro da APPOA. Doutora em Educação (UFRGS). Professora do PPG em Psicanálise: clínica e cultura, e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia (UFRGS). Vice-coordenadora do PPG Psicanálise: clínica e cultura. Membro e vice-coordenadora do GT de Psicanálise e Educação da ANPEPP. Pesquisadora da Rede Internacional de Infância e Adolescência INFEIES. Autora do livro *Três Ensaios sobre Juventude e Violência* (Escuta, 2012) e organizadora dos livros *Cenas da Infância Atual: a família, a escola e a clínica* (Unijuí, 2006); *Educação e Função Paterna* (UFRGS, 2008) e *Debates sobre adolescência contemporânea* (Juruá, 2012).

Resumo

Este artigo apresenta o início de uma interlocução entre a Psicanálise e a socioeducação através da construção de uma Oficina de *rap* (Ritmos, Adolescência e Poesia) como dispositivo de pesquisaintervenção com adolescentes em conflito com a lei que se encontram em uma instituição de execução de medidas socioeducativas de privação de liberdade. Através do *rap*, buscamos extrair um pouco de “poesia” do cotidiano árido que compõe as vidas desses meninos. Ao escutar a dimensão do traumático da exclusão em suas narrativas, e contando com a potência da palavra e da música, buscamos um modo de evocar deslocamentos em algumas significações cristalizadas. O trabalho teve como sustentação teórico-metodológica a conjugação da psicanálise de Freud e Lacan articulada ao tema da experiência em Walter Benjamin. A partir da experiência nas Oficinas construímos algumas reflexões que ensejam o que temos proposto como diálogo da Psicanálise com a socioeducação. Nesse sentido, também ensaiamos uma reflexão acerca da posição desses sujeitos com o que Agamben conceitua sobre o “*homo sacer*” e a “vida nua”. As letras de *rap* enunciam o sofrimento que esses jovens sentem pela dimensão de suas vidas como “mera vida”. Como efeito do trabalho, entendemos o *rap* como um modo de poetar, que faz circular os significantes das vidas “ressacadas”, com o que relativiza o peso do lugar da exclusão. Deste modo, o artigo mostra a potência de se considerar o *rap* como um dispositivo passível de oferecer a esses meninos condições para que possam deslizar da “vida nua”, que lhes colocou na via do conflito com a lei, para tantas outras significações quanto a aventura com a polissemia da palavra e da música tenha condição de lhes propiciar.

Palavras-chave: adolescência; psicanálise; socioeducação; experiência; rap.

Abstract

This article presents the beginning of a dialogue between Psychoanalysis and socioeducation, through the construction of an RAP (Rhythm, Adolescence and Poetry) workshop as a listening-intervention device with adolescents in conflict with the law who are in a socio-educational institution. Through RAP, we seek to draw a little “poetry” of the arid everyday that characterizes the lives of these boys. Hearing the dimension of traumatic exclusion in their narratives, and with the power of words and music, we seek a way to evoke movements in chronicle meanings. The work has, as theoretical and methodological support, the combination of psychoanalysis of Freud and Lacan articulated the theme of experience in Walter Benjamin. From the experience in the workshops we built some reflections that show what we have proposed as a dialogue between psychoanalysis and socioeducation. We also rehearsed a reflection on the position of these subjects with what Agamben

conceptualizes regarding the “homo sacer” and the “bare life”. RAP’s lyrics seem to enunciate the suffering they feel for the dimension of their lives as mere life. Therefore, RAP comes as a poetizing mode, circulating the signifiers of “ressacadas” lives and relativizing the weight of the position of exclusion. We believe that such developments may open the prospect that the bare life, which put them on the path of conflict with the law, slide to as many meanings as the adventure with the polysemy of words and music can provide them.

Keywords: adolescence; psychoanalysis; socioeducation; experience; rap music.

Resumen

Este artículo presenta el inicio de una interlocución entre el Psicoanálisis y la socioeducación a través de la construcción de un taller de RAP (Ritmos, Adolescencia y Poesía) como un dispositivo de investigación-intervención con adolescentes en conflicto con la ley que se encuentran en una institución de aplicación de medidas socioeducativas de privación de libertad. A través del RAP, buscamos extraer un poco de “poesía” de la árida vida cotidiana que constituye la existencia de estos adolescentes. Al escuchar la dimensión del traumático de la exclusión en sus narrativas, y contando con el poder de la palabra y de la música, buscamos una manera de evocar desplazamientos en significaciones ya crónicas. El estudio tiene como soporte teórico-metodológico la combinación del psicoanálisis de Freud y Lacan articulado al tema de experiencia en Walter Benjamin. A partir de la experiencia en los Talleres construimos algunas reflexiones que enseñan lo que hemos propuesto como diálogo del psicoanálisis con la socioeducación. Además, ensayamos una reflexión sobre la posición de esos sujetos con lo que Agamben conceptualiza acerca del “homo sacer” y de la “nuda vida”. Las letras del RAP parecen aseverar el dolor que sienten por la dimensión de sus vidas como “mera vida”. Como efecto del trabajo, entendemos el RAP como un modo de poeatar, que hace circular los significantes de las vidas “ressacadas”, con lo que relativiza el peso del lugar de la exclusión. De este modo, el artículo muestra la potencia de considerar el RAP como un dispositivo capaz de ofrecer a esos niños condiciones para que puedan deslizarse de la “nuda vida”, que les puso en la vía del conflicto con la ley, para tantas significaciones como la aventura con la polisemia de la palabra y de la música tenga la condición de propiciarlos.

Palabras clave: adolescencia; psicoanálisis; socioeducación; experiencia; rap.

Résumé

Cet article présente le parcours de construction d’un atelier de RAP (Rythmes, Adolescence et Poésie) comme outil d’écoute-intervention auprès des adolescents en conflit avec la loi, lesquels sont dans un établissement d’application de mesures socio-éducatives de la privation de liberté. À travers le RAP, nous cherchons à obtenir un peu de «poésie» du quotidien aride qui fait partie de la vie de ces jeunes. En écoutant la dimension traumatique d’exclusion de leurs récits, et en se basant sur le pouvoir de la parole et de la musique, nous cherchons une façon d’évoquer quelques déplacements dans les significations chroniques. Le travail a comme approche théorique et méthodologique le carrefour de la psychanalyse chez Freud et Lacan articulée au thème de l’expérience chez Walter Benjamin. De l’expérience dans des ateliers construit quelques réflexions qui enseignent ce que nous avons proposé que le dialogue de la psychanalyse avec socioéducation. En ces sens, nous avons repéré une réflexion sur la position de ces sujets avec ce qu’Agamben conceptualise sur l’« homo sacer » et la « vie nue ». Les paroles de RAP semblent énoncer la souffrance qu’ils ressentent à propos de la dimension de leur vie en tant que « simple vie ». L’effet du travail, nous comprenons le RAP comme mode de poétisation, en faisant circuler les signifiants de vies «ressacadas» ou déséchées et en apaisant le poids du lieu d’exclusion. Ainsi, l’article montre le pouvoir de considérer le RAP comme un dispositif capable d’offrir ces garçons conditions afin qu’ils puissent glisser la « vie nue », ce qui les a mis sur la voie du conflit avec la loi, pour autant de significations que l’aventure avec la polysémie du mot et de la musique a la condition de leur fournir.

Mots-clés: adolescence; psychanalyse; socio-éducation; expérience; rap.

Este artigo narra uma pesquisa, que está inserida em uma rede de investigações acerca do enlace entre os temas da Psicanálise, adolescência contemporânea e o laço social, que temos desenvolvido ao longo dos últimos anos¹. Neste contexto,

1 As pesquisas e extensões relativas à temática são desenvolvidas no âmbito do NUPPEC/UFRGS – Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura. Com uma proposta de articulação entre diferentes campos, o NUPPEC reúne docentes do Instituto de Psicologia e da Faculdade de Educação da UFRGS, além de colegas pesquisadores de outras IES do país. A proposta do Núcleo centra-se em fomentar o estudo, a pesquisa e as atividades de formação e extensão em torno da pluralidade de conexões da psicanálise/educação, sendo que está dividido em três eixos temáticos principais: a educação inclusiva, os

o eixo da socioeducação² é mais recente. Temos trabalhado em sua articulação, desde o final de 2014, através da aproximação do grupo de pesquisa com uma instituição nacional que executa medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade.

No começo dos anos 2000, iniciamos as reflexões acerca da expressão da violência juvenil na adolescência contemporânea. Nessa época, refletimos sobre a banalização da violência extrema protagonizada por jovens de classe média³. Lá, problematizamos o modo corriqueiro pelo qual vínhamos tomando os episódios de barbárie realizados por sujeitos que não pareciam padecer de privações extremas do ponto de vista das condições socioeconômicas. Também ampliamos, naquele momento, a pergunta sobre as variáveis que vinham compondo o laço social contemporâneo: estariam essas condições facilitando, ou até mesmo fomentando, tais atos e/ou comportamentos? Além disso, passamos a nos interrogar se não seria a violência um modo de representação e expressão do jovem que, pelas angústias próprias da passagem adolescente, demanda uma forma urgente de reconhecimento e legitimação no laço social.

Em meio aos estudos acerca da violência juvenil, foi se construindo uma inquietação sobre a dose de mal-estar e os possíveis modos de sofrimento psíquico dos jovens – que pareciam vir cifrados na forma dos episódios violentos e outros sintomas, tais como o consumo e o tráfico de drogas. No início de 2011, passamos a acompanhar uma ESF (Equipe de Saúde da Família) de uma região de grande vulnerabilidade social em nossa cidade. Lá, entre os anos de 2011 a 2014, ao trabalharmos com a construção de dispositivos de escuta e intervenção com adolescentes, vimos crescer o número de jovens envolvidos em situações de violência e conflito com a lei.

Em meio à realidade de índices crescentes de violência juvenil, fomos constituindo parcerias com instituições de saúde e educação da esfera pública da cidade e tecendo, gradativamente, nossa aposta no enlace entre a construção de conhecimentos acadêmicos e as demandas comunitárias. Seguimos, nesse sentido, algumas premissas de trabalho explicitadas por Rinaldi e Alberti (2009, p. 536) quando discutem, no percurso da pesquisa em Psicanálise na Universidade, a importância em associar “. . . na medida do possível, as questões-objeto de pesquisa em nosso campo com problemas socialmente relevantes, fazendo com que a produção e o avanço obtidos através das atividades de pesquisa retorne ao corpo social concreto interessado nessas questões”.

Estender nossas investigações, levando a escuta do sujeito para outros sítios, foi também um modo que encontramos de estimular a construção de espaços de acolhimento e escuta para o malestar de adolescentes no campo social. Nesse âmbito, o que temos chamado de dispositivos clínicos, como instrumento de intervenção, consiste em uma tentativa de articular as premissas da ética da Psicanálise às políticas públicas através da escuta dos sujeitos em outros espaços que não os espaços da clínica padrão, levando às últimas consequências a noção evocada por Lacan (1998a) de que a política da Psicanálise é a *falta-a-ser*: Esta colocação de Lacan é trabalhada a partir da noção de que a dimensão da falta, ou o *saber não-todo*, sustenta a posição ética do psicanalista, sendo tomado como um operador clínico também no trabalho institucional⁴.

Na sequência do trabalho com adolescentes, no âmbito das políticas públicas de saúde-mental infanto-juvenil, passamos a nos ocupar de investigações no campo da socioeducação. Essa intervenção tem sido desenvolvida através da construção de dispositivos de escuta que abrem espaços de fala para jovens em conflito com a lei⁵. Iniciamos a intervenção em uma instituição, através de oficinas de circulação da palavra, com os jovens que estão cumprindo medidas de privação de liberdade. Após termos feitos tais oficinas, por demanda dos próprios meninos, construímos as Oficinas de *rap*.

O *rap* é um gênero musical que, através de uma narrativa ritmada, tem a possibilidade de ofertar uma dose de poesia necessária para que se criem outras condições de enunciação e, quiçá, alguns deslizamentos de significações em posições cristalizadas na vida desses jovens em conflito com a lei. Enquanto gênero musical, o *rap* tem a especificidade de tratar da violência urbana, da segregação racial e social, e de suas consequências para o sujeito e para a sociedade.

A aridez presente nas letras de *rap* foi sentida por nós ao circularmos com eles na instituição. Nas palavras da psicanalista Miriam Debieux Rosa (2004, p. 11), são “vidas secas” que necessitam ser escutadas a fim de dar alguma forma ao traumático da exclusão, do preconceito e do lugar de dejetos que acabam ocupando no laço social os chamados meninos “infratores”.

estudos sobre os enlaces entre psicanálise, educação e cultura e o eixo do qual esta pesquisa faz parte: Psicanálise, Educação, Adolescência e Socioeducação.

2 A socioeducação configura-se enquanto uma política pública resultante da conjunção entre Estado e sociedade civil. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seu público-alvo são os adolescentes autores de atos infracionais que, através do poder judicial, recebem uma medida socioeducativa. Além do caráter de sanção, o processo que envolve a execução da medida socioeducativa deve visar o acesso e garantia de direitos –, tanto do adolescente, quanto quanto de suas famílias.

3 Referimo-nos a pesquisa de doutorado e outras investigações que derivaram no livro “Três ensaios sobre juventude e violência” (Escuta, 2012) de Rose Gurski.

4 Para outros detalhes a respeito do tema, ver também “O efeito-equipe e a construção do caso clínico” (Mendes, 2015) e “Construção do caso clínico em instituições” (Vorcaro, Mendes, Miranda & Souto, 2015).

5 Antes de ser iniciado, este trabalho de pesquisa-extensão tramitou na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética da instituição Socioeducativa onde foi desenvolvido. Foram utilizados os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com o representante da Instituição, bem como com os meninos participantes.

Trazemos essa nomeação entre aspas justamente para problematizá-la, apontando para o fato de que a própria noção de adolescência acaba, muitas vezes, ficando apagada em detrimento desse estigma que recai sobre os sujeitos no momento em que cometem um delito – não são mais só adolescentes, tornam-se “infratores”, “bandidos” e/ou “criminosos”. Também podemos relativizar o termo, pois cada tempo social e histórico irá qualificar de infracional diferentes atos (Gurski, 2017).

No dia a dia das oficinas e a partir das discussões dos diários de experiência das bolsistas-pesquisadoras – graduandas que integram o grupo de pesquisa e que, sob supervisão do pesquisador-psicanalista, realizaram o trabalho de campo junto aos adolescentes – construímos a noção de que o desejo de analista nos leva não somente à escuta do particular do sujeito, mas, sobretudo, à relação no laço social em que se vive.

É interessante fazermos aqui uma breve digressão a fim de situar melhor o que são os denominados *diários de experiência* utilizados como material de registro do trabalho nas oficinas. O diário é um compilado escrito pelos bolsistas-pesquisadores acerca de suas vivências, experiências e reflexões a partir das atividades da oficina. Esses diários consistem em um dispositivo teórico-metodológico construído no interior das pesquisas que realizamos a partir das matrizes teóricas que nos orientam. Metodologicamente, consiste em uma escrita norteada, sobretudo pelo movimento da associação livre. De forma geral, os registros se parecem com um texto fragmentado, aparentemente inacabado, muitas vezes sem uma articulação evidente entre parágrafos ou frases que se seguem. Para a construção desse instrumento teórico-metodológico, inspiramo-nos em três fontes: nos diários de campo, dispositivo advindo dos estudos antropológicos e da etnografia, que destacam a narrativa sobre a experiência do pesquisador; nos cadernos de notas e comentários breves de Walter Benjamin (Arendt, 1987), guiados por “seu olhar fragmentário, não por renunciar à totalidade, mas por procurá-la nos detalhes quase invisíveis” (Sarlo, 2013, p. 35); e, por fim, nas chamadas crônicas breves, escritas por Freud (2004) entre os anos de 1929-1939. Nestas, Freud dedicou-se a registrar detalhes mínimos de seu cotidiano, sendo possível encontrar ao lado de notícias familiares aleatórias o esboço de grandes conceitos da teoria psicanalítica. Tais construções metodológicas também são efeitos do que decanta da conjugação e articulação da escuta psicanalítica com o tema da experiência em Walter Benjamin⁶.

Seguindo na problematização de nossa questão de investigação, sabemos que o desamparo e a vulnerabilidade do humano, assim como a tensão entre as pulsões e a cultura, descritas por Freud em “O mal-estar na civilização” (2010a), são aspectos constantes que provêm basicamente de três fontes: da fragilidade do corpo; do mundo externo, sobretudo, dos fenômenos incontrolláveis da natureza; e das insatisfações relativas ao laço com o semelhante. Apesar de tais fontes invariantes, não desconhecemos que as contingências de cada tempo social modificam as nuances das intempéries e produzem diferentes formas de mal-estar.

Nesse sentido, importa levarmos a escuta do sujeito do inconsciente até aqueles que testemunham, com suas “vidas nuas” (Agamben, 2002), os efeitos das novas formas de barbárie, destruição e segregação da atualidade (Betts, 2014). Também entendemos que propor o diálogo da psicanálise com a socioeducação não deixa de ser um modo de fazer algo semelhante ao que Lacan dizia sobre a necessária reinvenção da psicanálise a cada novo paciente. Inovar a psicanálise, nesse caso, é algo que ocorre ao se estender os possíveis efeitos de sujeito que advém a partir de uma escuta fora da clínica em intenção (Betts, 2014).

Psicanálise em extensão, construção de dispositivos clínicos, efeitos subjetivadores da escuta, enfim, diferentes nomes que falam dos modos de levar a outros sítios, que não o consultório do analista, a experiência revolucionária do sujeito se reconhecer através de seus significantes, experimentando outra relação com o si mesmo, re-significando seu lugar no laço social e relativizando a intensidade de sua alienação ao Outro.

Parafrazeando Lacan (1998b), em “Variantes do tratamento padrão”, uma escuta do sujeito do inconsciente que aponte para o impossível, possibilitando a simbolização da falta, padrão ou não, é o que se espera de um psicanalista ou de um operador da escuta psicanalítica em um trabalho de extensão (Betts, 2014).

Neste diapasão, dialogando com as condições de nossa época e visando produzir algumas “variantes para a intervenção padrão”, buscamos, além da Psicanálise de Freud e Lacan, outras vozes e outras miradas para dialogar. Temos interrogado alguns conceitos de Giorgio Agamben, Walter Benjamin e Hannah Arendt a fim de tensionar pontos cegos de nosso trabalho, uma vez que concebemos a Psicanálise como um campo de saber não-todo que opera, justamente, a partir da noção fundamental da falta. É nesse sentido que sustentamos esse movimento de articulação com outros campos, uma vez que, desde a Psicanálise, concebemos a inexistência de um saber unívoco e absoluto capaz de dar conta sozinho de todas as questões (Gurski & Strzykowski, no prelo).

Para tramar algumas das problematizações citadas acima, trazemos fragmentos recolhidos dos diários de experiência das bolsistas-pesquisadoras que participaram da oficina com os adolescentes. Na metodologia que construímos, o dispositivo dos diários de experiência contempla tanto o registro de elementos banais e cotidianos de um dia de oficina, tais como cenas que aconteceram dentro da Instituição Socioeducativa-, quanto elaborações teóricas iniciais que problematizam o vivido na

6 Para outros detalhes acerca da metodologia, ver “A Pesquisa em Psicanálise e o ‘Catador de Restos’: enlances metodológicos” (Gurski & Strzykowski, no prelo).

socioeducação. Nesse sentido, há um momento de análise teórica mais inicial que acontece no próprio processo de escrita dos diários, assim como também um outro tempo da escrita que acontece em produções como esta.

É preciso sublinhar que, neste artigo, exploramos nossa entrada na articulação com a socioeducação. No momento desta escrita, ainda estávamos nos aproximando e nos familiarizando com esse contexto; buscando, desde as ferramentas da Psicanálise, um modo de escutar as questões que se problematizam. As oficinas com os adolescentes nos introduziram na instituição e nos propiciaram muitos elementos para pensarmos as condições da interlocução quando a Psicanálise escuta a socioeducação.

O Desejo do Analista e a Escuta do Desamparo no Cotidiano dos Jovens em Conflito com a Lei

Freud formulou, através da descoberta do inconsciente, a noção do desejo de analista considerando, sobretudo, uma ética e não somente o uso de uma técnica. Mais tarde, Lacan (1997), com ferramentas da filosofia, soube nomear as lacunas conceituais do “desejo de analista”, já contido em Freud. Através da ética do bem-dizer, Lacan fez o contraponto necessário a fim de marcar a diferença da ética do bem-supremo, herdeira do pensamento filosófico de Aristóteles e Kant. A ética da Psicanálise, diferente da moral e do bem-estar universal, coloca em marcha a dimensão da outra cena, aquilo que está referido ao advento do sujeito.

É preciso sublinhar que desde a descoberta freudiana, a Psicanálise tem estado onde o desamparo está, buscando fazer-se presente nas situações nas quais os efeitos de sujeito, também do ponto de vista do laço social, estão colocados. Segundo Koltai, (2014, p. 21), já nos primórdios freudianos, quando o fundador da Psicanálise elaborou um método de cura pela palavra, lá onde a medicina fracassara, ficou claro que o “desejo do analista remete tanto ao particular de uma análise (. . .), quanto ao mundo em que vivemos”.

Ora, sabemos que cada laço social, em cada época histórica, produzirá modos diversos de gozo e de formações sintomáticas. Foi assim que assistimos a Psicanálise, inicialmente, debruçar-se sobre a escuta das históricas da era vitoriana, depois sobre os neuróticos de guerra e, mais atualmente, sobre o sujeito contemporâneo que atualiza a invariante do desamparo original, experiência inevitável e própria à condição do humano a partir das variáveis do laço social.

Presentemente, algumas figuras sociais, produzidas pelo discurso capitalista e pelo laço neoliberal, parecem catalisar o medo, evocando, na atualidade, a dimensão do *Homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem), tratada por Freud (2010a) em “O mal-estar na civilização”. Eles são os denominados sem: sem-teto, sem país, sem família e, sobretudo, sem um espaço no Outro social. Neste sentido, cabe uma relativa aproximação da figura do refugiado, tão atual em nossa geografia política, a desses meninos. A proximidade de ambos estaria, especialmente, na sensação de “deixar de pertencer” à espécie humana, pois são sujeitos que sentem que suas vidas perderam o valor aos olhos dos outros (Koltai, 2014).

A produção da segregação na forma de diferentes “estrangeiridades” nos laços, ou mesmo a indiferença com a qual esses sujeitos das margens são olhados, conduz à noção de que a sociedade moderna é soberana na arte da segregação,

ainda que, historicamente sempre tenha havido estrangeiros, são as nações modernas que puseram em prática a segregação . . . com a segunda guerra mundial tornou-se um fenômeno de civilização, um sintoma social. Foi o totalitarismo moderno que mostrou até onde pode ir o humano quando se acirram as questões de diferenças, que mostrou que a segregação, que existe em toda sociedade, pode chegar a negar a própria condição de humano ao outro, reduzindo-o a um simples número tatuado no braço . . . (Koltai, 1998, p. 108)

É nesse sentido que nos perguntamos sobre um efeito de despersonalização e dessubjetivação que se produz em laços nos quais os sujeitos ficam reduzidos quase a puros corpos. Sabemos que o ápice dessa descaracterização do humano, através da burocratização da vida, foi o genocídio nazista, em que os homens máquinas não se perguntavam pela dimensão ética de seus atos, simplesmente agiam a serviço de uma engrenagem, como bons funcionários (Arendt, 1999).

Quando Primo Levi (1988) testemunhou sobre a experiência de *Auschwitz* e questionou “*é isto um homem?*”, indagando o quanto de humanidade poderia restar a homens cuja “condição humana mais miserável não existe”, ele diz:

nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e se, quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (Levi, 1988, p. 25).

Como analistas que escutam o mal-estar e o sofrimento, cabe-nos identificar as manifestações do inconsciente, buscando os diferentes modos de desamparo na “leitura” dos laços do sujeito com o outro e com o Outro⁷. Um dos acontecimentos,

7 Para tratar da constituição psíquica, Lacan diferencia duas instâncias: o chamado “pequeno outro”, que seria o semelhante, o parceiro imaginário;

relatado nos diários de experiência das bolsistas, ocorrido durante as oficinas, revela um traço de desumanização dos meninos que surgiu em meio a um momento festivo na instituição.

As oficinas foram convidadas a participar de um churrasco em comemoração ao final de ano e decidiram aceitar o convite. A surpresa foi quando elas perceberam que os meninos estavam impedidos de usar talheres e de sentar-se na mesma mesa que todos. A situação levou-nos a refletir sobre uma certa condição de criaturas em que pareciam colocar os adolescentes, sujeitos postos em uma zona de indeterminação, habitando uma posição que não pertence exatamente à condição humana, como se estivessem num certo limbo do que chamamos de civilização. De todo modo, o momento festivo transcorreu com “normalidade”.

A inquietação era somente das pesquisadoras, para quem a banalidade da despersonalização dentro da instituição ainda não era uma norma. Ao questionarem o que levava a essa conduta com os meninos, foram alertadas quanto ao perigo contido em uma suposta integração. De forma semelhante, dias antes desse acontecimento, as pesquisadoras, ao chegarem à instituição portando uma bebida típica de roda, ou seja, que costuma ser degustada coletivamente, foram interpeladas por um dos funcionários, o qual as questionava se acaso “aquilo” seria compartilhado com os meninos. O mal-estar dos trabalhadores da instituição parecia referir-se à pergunta sobre a possibilidade de integração, ou mesmo de identificação, com esses adolescentes que cometem atos infracionais. Como poderiam misturar-se aos meninos sem sentir medo?

Em meio a essas condições, passamos a nos interrogar: como seria propor um trabalho a partir da oferta da palavra em um espaço cujos laços não parecem sustentados na confiança com o Outro e com a palavra? Como fazer para, transferencialmente, produzir condições de fala solta onde a palavra fica tão silenciada e apagada?

A disposição do pesquisador-psicanalista em não antecipar-se à experiência (Gurski & Strzykalski, no prelo), seguindo os pressupostos da imprevisibilidade na clínica e as recomendações freudianas de conduzir o tratamento e a pesquisa sem qualquer intuito em vista, deixando-se sempre assaltar pelos efeitos de surpresa na experiência da transferência (Freud, 2010b), traz a possibilidade de produzir a genuína curiosidade e interesse do analista em escutar aquilo que marca a diferença do sujeito para longe de qualquer ideal social.

Segundo Koltai (2014), esse interesse pode despertar novamente a confiança do sujeito no outro e na palavra, questão que abre a possibilidade, pela via da transferência, do sujeito atravessar o pântano de seu “não-dito” na direção de elaborar a dimensão do indizível do traumático que nele se instalou. Entendemos que, muitas vezes, o que não é posto em palavras pode também aparecer na forma de falas recheadas de “sofrimento e destruição de tal modo que impedem o analista de imaginar o que o outro viveu” (Koltai, 2014, p. 29).

A psicanalista, ao tratar desta questão, refere-se especialmente a sujeitos refugiados que perdem, muitas vezes, a pátria, o nome, a língua materna e o lugar de seus antepassados. Propomos um paralelo entre a clínica com esses sujeitos desterrados e a escuta dos meninos da socioeducação. Parece-nos que a experiência com o desamparo e a invisibilidade no laço social levam ambos a posições semelhantes de angústia.

Nos diários de experiência das bolsistas, encontramos relatos bastante cruéis acerca das falas dos meninos sobre as condições que envolveram, por exemplo, os atos que os levaram à privação da liberdade. Narrativas que fazem qualquer um se perguntar sobre a dose de “paixão pelo real”⁸ que esses jovens, assim como tantos outros de nosso tempo social, parecem compartilhar. O mais inquietante é que, até mesmo em meio ao relato de uma cena na qual um deles conta ter “tocado nos restos dos miolos” que se espelharam pelo chão de sua primeira vítima, “por curiosidade de saber como seria a textura”, lemos, nos registros das bolsistas, relatos que revelam uma leitura que não se atém à dimensão de espetáculo que uma narrativa como essa pode tomar. Registra-se, desse modo, a possibilidade de que a escuta opere fazendo uma questão naquilo que está cifrado para o sujeito que comete o ato infracional – condição maior para que surjam, dali, outras significações possíveis para o delito cometido.

Essa é uma importante perspectiva, pois a Psicanálise nos ensina que devemos desconfiar de discursos repletos de certeza. A certeza é sempre imaginária. Devemos também desconfiar de discursos queixosos e chapados. Invariavelmente, vemos que os discursos sociais sublinham a hiperviolência, a periculosidade dos comportamentos e a ausência de expectativas por realizações de futuro na vida desses meninos.

Também refletimos se acaso a ausência de uma metodologia de intervenção na socioeducação levaria, muitas vezes, os trabalhadores a evocarem seus próprios juízos morais e preconceitos na intervenção com os jovens. Nos primeiros dias de oficina, um dos agentes, ao comentar conosco o modo como via o trabalho na instituição, diz: “você não devem se preocupar muito, porque aqui eles são superalimentados . . . e, de qualquer forma, sempre acabam se evadindo ou morrendo”.

e o “Outro” (grande Outro), que ele conceitualiza como a instância simbólica e, portanto, da linguagem. Esta última é a instância que determina o sujeito, sendo de natureza anterior e exterior a ele; lugar da palavra, do tesouro dos significantes (Lacan, 1954-55/1985).

8 Não entraremos na discussão deste conceito, apenas situaremos a origem da expressão: a paixão pelo real do século XX foi assim identificada por Alain Badiou, por entender que, ao contrário do século XIX, quando se buscavam ideais científicos e utópicos, o século XX buscou a “coisa em si” como a realização direta da Nova Ordem (preconizada pela ciência do real). Slavoj Žižek trabalha o conceito no livro “Bem-vindos ao deserto do real!” (Žižek, 2003).

Encontramos, nessa fala, algo que Gagnebin (2008) situa como a “redução sinistra da vida humana a mera vida, a dimensão de vida nua” (p.14). Tal posição na leitura desses sujeitos nos faz pensar, junto com Agamben, se estamos frente a um laço social que produziria a inclusão pela via da exclusão. Acaso os meninos da socioeducação, assim como os estrangeiros refugiados, entre outros, seriam uma nova categoria de ser humano que temos produzido através de um estado de exceção permanente em nossos laços na contemporaneidade? Representariam eles uma das categorias que testemunham o constante abismo que nos espreita desde a *zoé* e a *vida nua*?

Afora essas questões decantadas do trabalho de Agamben, Lacan, na proposição de 9 de outubro de 1967, diz que as formas contemporâneas de banalização do mal decorrem da desumanização e seriam efeitos da universalização introduzida pelo discurso da ciência que, além de deixar o sujeito do desejo de fora, o aliena de sua implicação e responsabilidade por seus atos (Lacan, 2003). Frente a tais questões, o que podemos, a partir da Psicanálise e de outros analisadores da cultura, fazer nesses contextos?

O Sujeito e o *Homo Sacer* na Socioeducação

Recentemente, em um espaço de reunião, soubemos que a Assembleia, um dispositivo preconizado pelo SINASE, regulador da socioeducação no Brasil, encontra-se ausente na instituição. Esse dispositivo, cuja função é fomentar uma gestão participativa, a qual seria composta pelos profissionais e adolescentes das unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo, consiste em um espaço de encontro coletivo para a discussão de assuntos relevantes para a vida organizacional. Ele deve funcionar de forma sistemática, com frequência (no mínimo, mensal), sendo composto pela participação dos adolescentes e das famílias sempre que se fizer necessário.

Ora, o dispositivo das assembleias pode ser pensado como um modo de dar vigor ao dizer desses meninos, uma possibilidade da palavra deles fazer alguma marca no dia a dia institucional. A ausência das assembleias no cotidiano também evoca a face de apagamento de suas enunciações e, mais ainda, a falta de condições subjetivadoras no trato da conflitiva com a lei quando se mira a ressocialização.

É interessante perceber que o Estado, de alguma forma, falha em não lhes oferecer condições mínimas de subjetivação antes de se encontrarem com o ato infracional e, depois do ato, seguem negando o acesso a condições que lhes deem outras possibilidades de subjetivarem-se e inscrever-se no laço social. É como se a única visibilidade possível fosse a do ato infracional, uma via de inclusão pelo caminho da exclusão (Agamben, 2002).

Seguindo Agamben, podemos pensar que seria como se a circularidade do sistema os levasse sempre ao mesmo lugar. Eles seriam os sujeitos da mera vida, da vida não política, os sujeitos matáveis e sem direito a epítáfio; sem lugar no Outro que, ao resistirem ao apagamento, inscrevendo-se pela via da violência, acabam novamente na posição de exceção, corpos que revelam expressamente a condição de *homo sacer*.

Agamben retoma a teoria política de Aristóteles e recolhe dali a expressão *zoé*. Por essa expressão, o homem é definido como um vivente, de mera existência biológica, cuja diferenciação com outros seres vivos só surgiria pelo fato de habitar a linguagem. Será também a linguagem que fará o animal humano se transformar e ter uma existência política; sendo considerado, portanto, um animal político.

Agamben (2002), partindo de Foucault, sugere que são as condições da modernidade que fazem surgir o conceito da biopolítica, sendo esta responsável pela novidade do poder soberano gerir e operar a docilização dos corpos. Agamben, ao sublinhar que a teoria biopolítica dialoga com o conceito de *animal laborans* que Arendt (2001) desenvolve, propõe uma articulação inédita entre esses dois pensadores importantes do século XX (Agamben, 2002). Tal articulação possibilita uma chave de leitura acerca de variáveis políticas contidas no discurso do Outro social com o qual os meninos da socioeducação se encontram.

Agamben, portanto, repensa o conceito de biopolítica de Foucault e alguns conceitos de Hannah Arendt, trazendo noções como a “vida nua” e o “*homo sacer*” enquanto produções sociais da biopolítica moderna. Neste diapasão, sugere que não se trata mais da soberania expressa no “deixar morrer ou fazer viver”, mas sim na criação de uma categoria de vidas matáveis, que ficam fora do espaço da lei, em algo que pode ser chamado de um espaço de anomia, ou mesmo vacância da lei. Portanto, o termo “*homo sacer*”, que ele retoma de uma figura do direito romano antigo, é consagrada para pensar os caminhos da inclusão pela via da exclusão no laço social, ou seja, um modo de refletir sobre as formas de segregação de nosso tempo.

Em meio a essas problematizações, Agamben estabelece como questão uma pergunta, com a qual também nos defrontamos ao pensar sobre o lugar que os adolescentes da socioeducação ocupam em nosso laço. Tal pergunta partiria da constatação de que, atualmente, teríamos vidas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico que sua continuidade, tanto para si como para a sociedade, parece ter perdido completamente o valor.

Para o filósofo, todas as sociedades, mesmo as modernas, decidem quais sujeitos ocupam o lugar de “*homo sacer*”. Assim, questionamos se haveria contingentes da população em estado de abandono, de marginalidade, de “vida nua” em

relação à lei e aos direitos humanos fundamentais. Interessa-nos pensar se acaso esses meninos, em nosso laço social, não estariam ocupando a posição de uma certa exceção da condição humana. Estariam eles, os jovens “infratores” da atualidade, no lugar de *homo sacer*, isto é, de sujeitos de mera vida, sujeitos matáveis?

A fim de pensar o espaço do *homo sacer* enquanto o homem cuja existência é descartável e a morte se dá sem epitáfio, o filósofo alude aos campos de morte da Alemanha nazista. Para Agamben (2008), os campos de extermínio nazistas, exemplo maior de um estado de exceção, funcionariam como paradigma da modificação da política para a biopolítica. O Estado moderno não precisaria mais da soberania, pois o controle ocorria através de outros dispositivos. Em sua visão, após Auschwitz, estabeleceu-se uma espécie de generalização dos dispositivos governamentais de exceção, sendo o próprio estado de exceção o responsável pela geração do que ele denomina de vazio jurídico.

O mais inquietante dessa articulação é pensar que tal situação não se apresenta somente em um sistema totalitário, como foi o nazismo. Em nossa atualidade, tal configuração se dá como um espaço de vacância do direito, um espaço de *anomia*. Gagnebin (2008) sugere que o novo *nomos* instalado a partir dos campos solapa as condições de possibilidade de uma construção ética clássica, sendo o campo o paradigma da exclusão inclusiva. Mas, novamente, é Agamben (2002, p.178) que consegue extrair uma noção muito própria e fina acerca desse novo cenário: A questão correta acerca dos horrores cometidos nos campos não é, portanto, aquela que pergunta hipocritamente como foi possível cometer delitos tão atrozes para com seres humanos; o mais honesto e, sobretudo, mais útil seria indagar atentamente quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiram que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito.

A ideia seria de que vivemos em um permanente estado de exceção, no qual se estabelece uma indiscernibilidade entre a vida e a lei de alguns homens. É nesse sentido que Agamben, ao indagar qual relação poderíamos estabelecer entre os presos de *Guatánamo*, os prisioneiros dos campos de concentração nazista e os refugiados dos campos da África, sugere que todos estão reduzidos à mera existência biológica, entregues ao que denomina de tanatopolítica: o poder que o soberano tem de apontar as vidas insuscetíveis, porém matáveis; os “*homo sacer*” de cada contexto.

Toda essa análise nos ajuda a problematizar melhor as condições nas quais se forja o lugar desumanizado e desprovido de legitimidade que esses jovens acabam ocupando. Muitas vezes, em nossas discussões acerca do trabalho com a socioeducação, surge exatamente a reflexão sobre as nuances que envolvem suas vidas dentro e fora da instituição. Seguidamente, da forma como falam de si, levam-nos a pensar em uma sensação de descartabilidade de suas vidas. De todo modo, em nosso ofício de escuta, sempre trabalhamos com os nós que se produzem a partir das condições postas a cada sujeito. Temos nos interrogado sobre como esses jovens vêm lidando com o convite a serem incluídos pela via da exclusão desde o Outro social. Tal leitura, do ponto de vista do discurso social, somado à fragilidade da função paterna para situar limites aos excessos pulsionais, própria ao nosso tempo social, bem como às dificuldades típicas da adolescência para lidar com alguns imperativos sociais, estariam jogando esses jovens na angustiante busca de visibilidade, na procura desesperada de um olhar em sua direção, nem que seja o angustiado olhar de suas vítimas.

Nesse sentido, pensamos que uma escuta na direção desses meninos teria que possibilitar o reconhecimento do desamparo que padecem como mote de seus atos. Teríamos também que poder escutar o que de denúncia do sujeito está cifrado como apelo no ato violento, mas sem nos deixar tomar pela dominância imaginária da violência, sempre excessiva. Ainda teríamos que entender que há uma rede discursiva da cultura que os engata através de uma espécie de convite à violência, ou melhor, de um convite a que se representem pela via da violência ou da passagem ao ato⁹. Como fazer para que eles não respondam com a aniquilação do outro, ou com o desprezo pela própria vida, ao que leem como voto de morte no olhar do Outro? Como levá-los a não emprestar um caráter de oráculo à demanda do Outro?

À Guisa de Conclusão: Narrar, Poetar, “Se Movimentar” ou da “Vida Nua” à “Vida Loka”

Com relação aos jovens em conflito com a lei, pensamos que o *rap* pode ser tomado como certa dimensão poética presente em suas vidas. Atualmente, há várias referências que ligam esse estilo musical ao acrônimo para *rhythm 'n' poetry*. Na história do uso da expressão, temos que a palavra *rap* é usada no inglês britânico desde o século XVI, denotando o mesmo sentido que *say* (dizer ou falar) a partir do século XVIII. Encontramos também que fazia parte do inglês vernáculo afro-americano nos anos de 1960, significando “conversar”. E, logo depois disto, no seu uso atual, passou a denotar o estilo musical. Segundo o dicionário Michaelis on-line, temos, dentre algumas definições para o verbete em inglês *rap*: “punição”, “pancada rápida”, “conversa

9 A *passagem ao ato* é diferenciada por Lacan do *ato* e do *acting-out*. A passagem ao ato é um agir impulsivo inconsciente, e não um ato; em sua origem, está a noção de uma impossibilidade de simbolização. Este conceito, articulado às configurações da atualidade juvenil, pode potencializar a análise feita neste artigo.

informal”, “estilo de música popular, falada rapidamente mais do que cantada, acompanhada de instrumentos eletrônicos”¹⁰.

Portanto, importa refletir sobre esse significante, que pode denotar desde “bater papo, conversar, discutir” até “ser condenado/condenar, castigo, sentença judicial, punição, pancada”. Percebemos que a sua tradução para o português, bem como seu uso atual como “ritmo e poesia”, por si só já traz um enorme potencial para trabalharmos com os adolescentes, pois pensamos o *rap* como outra forma de fazer circular a violência que expressam nas transgressões através da palavra e não do ato.

A aposta no *rap* como um dispositivo passível de ajudar esses adolescentes está associada à ideia de criar condições para que possam elaborar os atos transgressivos por uma via diferente da repetição dos mesmos, dentro ou fora das instituições socioeducativas. O *rap* é um gênero musical que apresenta a possibilidade de fazer a poesia necessária, em uma narrativa ritmada, a fim de que se criem condições de enunciação ao ponto de realizarem certos deslizamentos de significações. Este efeito é importante para descolar um pouco o que parece amalgamado em suas vidas: fala e ato.

O fascínio pelo trágico ou a “paixão pelo real”, como evocamos antes, parece ser uma marca precoce na vida desses meninos. Entrincheirados entre uma ausência de lugar no Outro e um desamparo importante, não raro são capturados cedo pelo tráfico ou pelo crime. Nesta busca desenfreada por um lugar desde o qual se possam fazer representar, questão que se intensifica na passagem adolescente, matar ou morrer acaba sendo um mote de suas vidas. Eles contam que, no “mundão”, “lá fora”, se trata disso: ou bem o sujeito mata, ou acaba morrendo. Muitas vezes, será o cadáver, o corpo morto que acabará por lhes alcançar uma visibilidade antes ausente¹¹.

O assassinado pode ganhar as páginas do jornal; assassinando encontram o caminho de uma inclusão pela via da exclusão. Logo, fora da sociedade, mas, talvez, incluído no laço pela via do sintoma. Não raro, será a entrada na instituição que lhes garantirá um registro civil e de cidadania que nunca tiveram. Ao cometerem seu primeiro crime, se tornam, muitas vezes, visíveis para o Estado.

Para Guerra e Martins (2013), é preciso que se desmistifique o lugar dos jovens envolvidos com a criminalidade como destruidores do laço social. Afinal, desde Freud, sabemos que a violência e a agressividade são intrínsecas aos laços e necessárias para operar uma dinamização nas estruturas pré-determinadas. O interessante é que, na via da exclusão, as suas tentativas de inscrição no laço social se dão em um movimento circular, no qual as iniciativas de obterem visibilidade acabam os reenviando ao lugar da exceção, os sujeitos matáveis, *homo sacer* (Martins, 2014).

A discussão, no Brasil, acerca da redução da maioria penal, por exemplo, reduz os atos destes jovens à pura criminalidade. Tal posição, colocada de modo antecipado, representa o fechamento de qualquer polissemia possível na leitura das transgressões que cometem, daquilo que pode vir cifrado acerca do sujeito na produção dos episódios de violência cometidos. Apaga-se, com a redução, a possibilidade da infração ser lida como um apelo ao Outro, um apelo a um olhar que possa dar-lhes a chance de colocar palavras no traumático de suas histórias e, talvez, poetizar um pouco a *secura* de suas vidas.

As Oficinas de *rap* surgiram pela demanda dos meninos, mas, sobretudo, como uma forma de evocar a dimensão de uma certa poesia em suas vidas; as letras do *raps*, estilo musical muito apreciado pelos adolescentes das margens, fazem circular os significantes dessas vidas “esculachadas” e “ressacadas” através da música, relativizando o peso do lugar da margem e da exclusão.

Na pena do artista que, muitas vezes, sem palavras para nomear o real e suas viscissitudes, transforma a dor do existir em música, Wisnik (citado por Teperman, 2015) nos diz que a narrativa musical pode semear palavras estranhamente utópicas, abrindo um refúgio tecido a sons. Ele relembra Schopenhauer, quando este dizia que só a música consola da falta de sentido da existência. Na direção, portanto, de construir bordas à invisibilidade que, muitas vezes, acomete esses meninos, o *rap* entra como um modo de poetar, podendo vir a se constituir como dispositivo de re-significação de suas posições a partir de uma criação relacionada à suas realidades.

Talvez tenhamos perdido contemporaneamente o sentido da música capaz de re-significar o real, pois parece existir pouco espaço para a arte, e haver uma presença maciça do mundo e seus fatos. Tal aspecto aparece nas narrativas dos rapazes em conflito com a lei através do refrão “mundão”. O mundão seria esse espaço fora da instituição, no qual, segundo eles, muitas vezes se trata de “matar ou morrer”.

Entendemos que a musicalidade, assim como as próprias letras do *rap*, pode registrar um indizível, relativizando os efeitos do desamparo e a experiência da *mera vida*. Também operamos para que essa intervenção possa viabilizar a construção de outras significações, além do sacrifício do corpo diante da impossibilidade de reconhecimento do Outro.

O enlace entre a palavra, a voz e a letra parece-nos um caminho potente para multiplicar os efeitos polissêmicos que o convite à fala produz. Assim, apostamos que a palavra e seus desdobramentos possam ser inscritos na vida desses meninos

10 Para outros detalhes ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rap>.

11 Esta ideia foi retirada de uma palestra, intitulada “Defunto?! Defunto ele era antes de entrar para o crime...: mortalidade juvenil no Brasil”, proferida pela Prof. Dra. Andrea Máris Campos Guerra, em um evento promovido pelo PPG Psicologia Social e Institucional em parceria com o PPG Psicanálise: clínica e culta na UFRGS, em 15/05/2014, na cidade de Porto Alegre.

com a perspectiva de que a *vida nua*, que lhes colocou na via do conflito com a lei, deslize para tantas significações quanto a aventura com a polissemia da palavra possa lhes propiciar. Ao articular *ritmo, adolescência e poesia* na sigla *rap*, pensamos em produzir algo semelhante ao deslizamento da “vida nua” à “vida loka”, conforme o trecho de um rap do grupo Racionais MC’s, que trazemos para encerrar esta escrita.

Vida Loka (trecho do rap do grupo Racionais MC’s)

(...) *Tira o zóio*
Tira o zóio, vê se me erra
Eu durmo pronto pra guerra
E eu não era assim, eu tenho ódio
E sei o que é mau pra mim
Fazer o que se é assim
Vida loka cabulosa
O cheiro é de pólvora
E eu prefiro rosas
E eu que...e eu que
Sempre quis com um lugar,
Gramado e limpo, assim, verde como o mar
Cercas brancas, uma seringueira com balança
Disbicando pipa, cercado de criança (...)

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora-UFMG.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha - Homo Sacer III*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (1987). *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Betts, J. (2014). Desamparo e Vulnerabilidade no laço social – a função do psicanalista. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*,(45-46), 9-19.
- Freud, S. (2004). *Diário de Sigmund Freud: 1929-1939. Crônicas Breves*. Porto Alegre: Artmed.
- Freud, S. (2010a). O mal-estar na civilização. In P. C. de Souza (Ed.), *Obras Completas* (Vol.18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010b). Recomendações ao Médico que Pratica a Psicanálise. In P. C. de Souza (Ed.), *Obras Completas* (Vol.10, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gagnebin, J. (2008). Apresentação. In G. Agamben, *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha - Homo Sacer III* (pp. 09-17). São Paulo: Boitempo.
- Guerra, A. M. C., & Martins, A. S. (2013). Psicanálise e Política: Contribuições metodológicas. *Revista Borromeo*, 4, 90-111.
- Gurski, R. (2012). *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta.

- Gurski, R., & Strzykalski, S. (no prelo). A Pesquisa em Psicanálise e o “Catador de Restos”: enlaces metodológicos. *Revista Ágora: estudos em teoria psicanalítica*.
- Gurski, R. (2017). Os novos sintomas na educação de hoje: notas sobre o saber-fazer com isso. In: Pereira, Marcelo (Org.). *Os sintomas na educação de hoje: o que fazemos com isso?* (pp. 217-224). Belo Horizonte: Scriptum.
- Koltai, C. (1998). A segregação: Uma questão para o analista. In C. Koltai (Org.), *O Estrangeiro* (pp. 105-111). São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Koltai, C. (2014). O desejo do psicanalista face ao desamparo contemporâneo. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 45-46, 20-31.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1997). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998b). Variantes do tratamento padrão. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 325-364). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Levi, P. (1988). *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Martins, A. S. (2014). *Homo sacer*, sujeitos abandonados ao crime. *Correio da APPOA*, 240. Link
- Mendes, A. A. (2015). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Curitiba: CRV Editora.
- Rinaldi, D., & Alberti, S. (2009). Psicanálise, Saúde mental e Universidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 533-545.
- Rosa, M. D. (2004). A escuta psicanalítica das vidas secas. In APPOA, *Adolescência: um problema de fronteiras* (pp. 148-161). Porto Alegre: APPOA.
- Sarlo, B. (2013). *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Teperman, R. (2015). *Se liga no som: as transformações do RAP no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Vorcaro, A., Mendes, A., Miranda, N., & Souto, B. (2015). Construção do caso clínico em instituições. [Resumo]. In *Resumos da XV Jornada Corporealinguagem/VII Encontro Outrarte*. Montevideú, Uruguai.
- Zizek, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real: Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas!* São Paulo: Boitempo.

Endereço para correspondência

Rose Gurski
Email: rosegurski@ufrgs.br

Recebido em: 14/08/2016

Revisado em: 07/08/2017

Aceito em: 22/10/2017